

**HISTÓRIA PÚBLICA COMO
MACROCAMPO DIALÓGICO:
ESFERAS SOCIO
DISCURSIVAS E FUNÇÃO
PÚBLICA DO PASSADO NA
TRADIÇÃO
HISTORIOGRÁFICA
CHINESA**

**PUBLIC HISTORY AS A DIALOGICAL MACRO-FIELD: SOCIODISCURSIVE
SPHERES AND THE PUBLIC FUNCTION OF THE PAST IN CHINESE
HISTORIOGRAPHICAL TRADITION**

Ciências Humanas • 18/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/778987030](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/778987030)

Ricardo Américo Barreto de Almeida e Silva¹

RESUMO

O artigo analisa a história pública a partir de uma perspectiva dialógica inspirada no Círculo de Bakhtin, propondo a superação da concepção habermasiana de uma esfera pública universal organizada exclusivamente pela racionalidade burguesa. Parte-se da crítica à teoria da esfera pública de Jürgen Habermas para defender que a circulação social do passado ocorre por meio de múltiplas esferas sociodiscursivas relativamente autônomas, cada uma estruturada por coerções ideológicas, gêneros discursivos e regimes específicos de legitimidade. O trabalho mobiliza as contribuições teóricas de Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e Sheila Grillo para conceber a história pública como um macrocampo dialógico de refração dos sentidos históricos. A pesquisa aplica essa perspectiva ao desenvolvimento da historiografia chinesa, examinando as obras de Sima Qian, Liu Zhiji, Guo Moruo, Han Feizi e Liang Qichao. Conclui-se que a tradição historiográfica chinesa constitui uma constelação de esferas da história pública em permanente disputa dialógica, nas quais o passado é continuamente mobilizado para funções morais, políticas, pedagógicas, midiáticas e identitárias.

Palavras-chave: História Pública; Dialogismo; Esferas Sociodiscursivas; Historiografia Chinesa; Esfera Pública.

ABSTRACT

This article analyzes public history from a dialogical perspective inspired by the Bakhtin Circle, proposing to overcome the Habermasian conception of a universal public sphere organized exclusively by bourgeois rationality. It begins with a critique of Jürgen Habermas' theory of the public sphere in order to argue that the social circulation of the past occurs through multiple relatively autonomous sociodiscursive spheres, each structured by ideological constraints, discursive genres, and specific regimes of legitimacy.

The study draws on the theoretical contributions of Mikhail Bakhtin, Valentin Voloshinov, and Sheila Grillo to conceive public history as a dialogical macro-field of historical refraction. This perspective is applied to the development of Chinese historiography through the examination of the works of Sima Qian, Liu Zhiji, Guo Moruo, Han Feizi, and Liang Qichao. The article concludes that Chinese historiographical tradition constitutes a constellation of public history spheres in permanent dialogical dispute, in which the past is continuously mobilized for moral, political, pedagogical, media, and identity-related purposes.

Keywords: Public History; Dialogism; Sociodiscursive Spheres; Chinese Historiography; Public Sphere.

1. INTRODUÇÃO

A **história pública** consolidou-se, nas últimas décadas, como um **campo voltado à circulação social do conhecimento histórico** para além dos limites estritamente acadêmicos. Autores como Raphael Samuel (1997), Michael Frisch (2016), Alessandro Portelli (1996), David Glassberg (2014) e Jörn Rüsen (2009) contribuíram para ampliar a compreensão da história **como prática social, memória coletiva e instrumento de formação identitária**. Nesse horizonte, o passado deixa de constituir apenas objeto de investigação erudita e passa a ser compreendido como elemento continuamente mobilizado em disputas culturais, políticas, pedagógicas e midiáticas. A história pública emerge, assim, como espaço de mediação entre historiografia, memória social e esfera pública.

Entretanto, grande parte das formulações clássicas sobre **esfera pública** permanece fortemente vinculada à tradição ocidental moderna, sobretudo à concepção desenvolvida por Jürgen

Habermas. Em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas (2003a) define a **esfera pública burguesa** como uma categoria histórica associada ao desenvolvimento da sociedade burguesa europeia dos séculos XVII e XVIII. Para o autor, a esfera pública constitui um **espaço de racionalidade comunicativa** no qual sujeitos privados debatem criticamente questões de interesse comum. Contudo, o próprio Habermas reconhece que esse espaço estava historicamente limitado ao homem proprietário e letrado, excluindo amplos segmentos sociais.

A crítica contemporânea à teoria habermasiana aponta justamente os limites de uma concepção universalizante da esfera pública fundada predominantemente na racionalidade argumentativa burguesa. Sob a perspectiva do dialogismo, formulada pelo Círculo de Bakhtin, a sociedade não é composta por uma única esfera pública homogênea, mas por múltiplas esferas socio discursivas relativamente autônomas, atravessadas por tensões ideológicas, disputas de sentido e diferentes regimes de legitimidade. Volóchinov (2021 [1929-1930]) afirma que “no interior da esfera ideológica, há profundas diferenças”, pois nela coexistem diferentes formas discursivas, como o discurso científico, jurídico, religioso e artístico. De maneira semelhante, Bakhtin (2011 [1979]) sustenta que cada esfera da atividade humana produz seus próprios gêneros discursivos relativamente estáveis.

Nesse contexto, Sheila Grillo (2006; 2012) interpreta as **esferas discursivas** como zonas de **coerção ideológica** e **refração dos sentidos**, nas quais os discursos são organizados segundo lógicas específicas de funcionamento social. Tal perspectiva permite compreender que a circulação pública do passado não ocorre em um espaço neutro e universal de deliberação racional, mas em

diferentes esferas que refratam o passado segundo interesses institucionais, políticos, pedagógicos, midiáticos e identitários próprios. Assim, pode-se falar em esfera da história pública acadêmica, esfera da história pública escolar, esfera da história pública midiática, esfera da história pública política e esfera da história pública social, cada qual produzindo diferentes formas de narrar, legitimar e disputar o passado.

A aplicação dessa perspectiva dialógica ao caso chinês revela-se particularmente relevante. A tradição historiográfica chinesa nunca compreendeu a história apenas como registro erudito do passado. Desde a Antiguidade imperial, a escrita histórica esteve profundamente vinculada à administração do Estado, à moralidade política, à legitimação dinástica e à organização da memória coletiva. A própria tradição do *shi* 史 — simultaneamente “escriva”, “registro” e “história” — demonstra que a historiografia chinesa sempre desempenhou funções públicas centrais na organização da sociedade.

Autores como Sima Qian, Liu Zhiji, Guo Moruo, Han Feizi e Liang Qichao evidenciam diferentes formas históricas de função pública do passado na China. Em Sima Qian, a historiografia aparece como mediação entre moralidade, experiência humana e ordem política; em Liu Zhiji, torna-se objeto de crítica metodológica; em Guo Moruo, converte-se em instrumento de interpretação materialista da sociedade; em Han Feizi, assume caráter pragmático voltado à governabilidade; e, em Liang Qichao, transforma-se em instrumento de mobilização nacional e formação da consciência histórica moderna.

Diante disso, o problema central desta pesquisa consiste em compreender de que maneira a perspectiva dialógica das esferas socio discursivas permite reinterpretar a história pública para além da concepção habermasiana de uma única esfera pública racional universal, tomando como objeto de análise o desenvolvimento da tradição historiográfica chinesa. Parte-se da hipótese de que a história pública chinesa constitui um macrocampo dialógico composto por múltiplas esferas discursivas em permanente disputa pela legitimação do passado.

A relevância teórica da pesquisa reside na aproximação entre os estudos de **história pública**, a **teoria dialógica do discurso** e a **historiografia chinesa**, campos que raramente são articulados de maneira sistemática. Além disso, o trabalho contribui para ampliar a compreensão da história pública para além dos referenciais eurocêntricos tradicionalmente dominantes no debate historiográfico contemporâneo. Do ponto de vista prático, a pesquisa oferece instrumentos analíticos para compreender como diferentes instituições, mídias e grupos sociais disputam continuamente a produção pública da memória histórica.

Desse modo, o **objetivo geral** do trabalho consiste em analisar a história pública como macrocampo dialógico de esferas socio discursivas, aplicando essa perspectiva ao desenvolvimento da tradição historiográfica chinesa. Como objetivos específicos, busca-se: a) examinar criticamente a teoria da esfera pública de Habermas; b) discutir a noção dialógica de esfera socio discursiva em Bakhtin, Volóchinov e Grillo; c) analisar a função pública do passado na tradição historiográfica chinesa; e d) identificar as diferentes esferas de circulação discursiva do passado presentes na historiografia

chinesa, desde a Antiguidade imperial até a modernidade revolucionária.

Por fim, sustenta-se que a história pública não pode ser compreendida como uma **esfera homogênea de racionalidade universal**, mas como uma constelação de esferas socio discursivas atravessadas por coerções ideológicas, disputas de legitimidade e múltiplas formas de refração do passado. A experiência historiográfica chinesa demonstra, de maneira particularmente evidente, que a produção pública da história constitui um campo dialógico no qual memória, poder, identidade e discurso permanecem continuamente em tensão.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

2.1. História Pública e a Função Social do Passado

A história pública consolidou-se, especialmente a partir da segunda metade do século XX, como um campo voltado à circulação social do conhecimento histórico para além da universidade. Embora inicialmente vinculada ao contexto anglófono da **public history**, sua ampliação conceitual passou a envolver debates sobre memória, identidade coletiva, participação pública e usos sociais do passado. Raphael Samuel (1997) contribuiu decisivamente para essa ampliação ao defender que a história não constitui monopólio da academia, mas produção social compartilhada entre múltiplos agentes e instituições. Para o autor, a memória histórica é continuamente construída em museus, meios de comunicação, movimentos sociais, escolas, tradições populares e experiências cotidianas.

Em perspectiva semelhante, Michael Frisch (2016) desenvolve o conceito de **shared authority** (“autoridade compartilhada”), sustentando que a produção do conhecimento histórico ocorre mediante interação entre especialistas e diferentes públicos sociais. Alessandro Portelli (1996), ao trabalhar com memória oral, reforça essa compreensão ao demonstrar que os significados do passado não se encontram apenas nos fatos objetivos, mas também nas interpretações sociais produzidas pelos sujeitos históricos. Já Jörn Rüsen (2009) compreende a consciência histórica como mecanismo de orientação temporal da vida prática, por meio do qual indivíduos e coletividades atribuem sentido ao passado para agir no presente e projetar o futuro.

Nesse contexto, a história pública deixa de ser compreendida apenas como divulgação científica e passa a ser concebida como campo de disputa em torno da memória, da identidade e da legitimidade histórica. David Glassberg (2014) observa que a relação entre **memória pública e identidade coletiva** constitui um dos elementos centrais da história pública contemporânea. Assim, o passado não é apenas objeto de conhecimento acadêmico, mas recurso simbólico mobilizado em conflitos culturais, políticos e sociais.

Entretanto, grande parte da literatura clássica sobre história pública ainda opera implicitamente com modelos relativamente unitários de esfera pública, frequentemente influenciados pela tradição habermasiana. É precisamente nesse ponto que a presente pesquisa propõe um deslocamento teórico fundamentado na perspectiva dialógica das esferas socio discursivas.

2.2. A Esfera Pública em Habermas e Suas Limitações

A teoria da esfera pública formulada por Jürgen Habermas constitui uma das principais referências para os estudos sobre opinião pública, democracia e comunicação política. Em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas (2003a) define a esfera pública burguesa como categoria histórica vinculada ao desenvolvimento da sociedade burguesa europeia entre os séculos XVII e XVIII. Segundo o autor, a esfera pública emerge quando sujeitos privados se reúnem para discutir criticamente questões de interesse comum e exigir legitimação do poder político perante a opinião pública.

Habermas (2003a) compreende a esfera pública como espaço intermediário entre Estado e sociedade civil, estruturado pela racionalidade comunicativa e pela argumentação crítica. Contudo, o próprio autor reconhece que essa universalidade possuía limites históricos precisos, pois o acesso à esfera pública dependia da condição de proprietário e da formação cultural letrada. Dessa maneira, mulheres, trabalhadores, camponeses e grupos marginalizados permaneciam excluídos do espaço legítimo de deliberação.

Posteriormente, em *Direito e Democracia*, Habermas (2003b) amplia a noção de esfera pública ao incorporar os meios de comunicação de massa e as formas modernas de circulação discursiva. Ainda assim, sua concepção permanece centrada na ideia de uma racionalidade comunicativa relativamente universalizante.

Diversos autores contemporâneos apontaram limites nessa formulação. Fraser (1992), por exemplo, critica a noção de uma única esfera pública burguesa ao demonstrar a existência de “contrapúblicos subalternos” organizados por grupos historicamente excluídos. A presente pesquisa aproxima-se parcialmente dessa

crítica, mas desloca a discussão para a teoria dialógica das esferas socio discursivas formulada a partir do Círculo de Bakhtin.

2.3. Dialogismo, Esferas Socio Discursivas e Refração Ideológica

A perspectiva dialógica desenvolvida por Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e outros autores do Círculo de Bakhtin oferece instrumentos teóricos importantes para compreender a pluralidade discursiva da vida social. Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Volóchinov (2021 [1929-1930]) afirma que a realidade ideológica é constituída por diferentes campos discursivos relativamente autônomos, cada qual organizado segundo suas formas específicas de produção de sentido. Segundo o autor, “no interior da esfera ideológica, há profundas diferenças”, pois nela coexistem discursos científicos, jurídicos, religiosos, artísticos e cotidianos.

Já Bakhtin (2011 [1979]), em *Os Gêneros do Discurso*, sustenta que cada esfera da atividade humana produz tipos relativamente estáveis de enunciados, denominados gêneros discursivos. Dessa forma, a linguagem não funciona como sistema homogêneo, mas como multiplicidade de formas discursivas socialmente organizadas.

A interpretação contemporânea dessa teoria realizada por Sheila Grillo (2006; 2012) é particularmente relevante para esta pesquisa. A autora compreende as esferas discursivas como zonas de coerção ideológica e refração dos sentidos, nas quais os discursos são produzidos segundo lógicas próprias de funcionamento social. As esferas não apenas organizam os enunciados, mas condicionam:

- a. os objetos de sentido legitimados;
- b. os modos de circulação discursiva;

- c. os interlocutores autorizados;
- d. os critérios de verdade;
- e. as formas de autoridade simbólica.

Nessa perspectiva, não existe uma única esfera pública universal organizada exclusivamente pela racionalidade burguesa, mas múltiplas esferas socio discursivas em permanente tensão dialógica. Essa formulação permite reinterpretar a história pública não como espaço homogêneo de circulação do passado, mas como macrocampo composto por diferentes esferas de produção histórica: acadêmica, escolar, midiática, política, jurídica, memorialística e cotidiana.

2.4. História Pública Como Macrocampo Dialógico

A partir das contribuições de Bakhtin, Volóchinov e Grillo, a presente pesquisa propõe compreender a história pública como um macrocampo dialógico de esferas socio discursivas. Isso significa que o passado não circula em um espaço neutro de deliberação racional, mas em diferentes esferas que refratam os sentidos históricos conforme suas coerções institucionais, interesses ideológicos e gêneros discursivos específicos.

Nesse sentido, pode-se identificar:

- a. uma **esfera da história pública acadêmica**, organizada pela lógica da cientificidade e validação pelos pares;
- b. uma **esfera da história pública escolar**, orientada por finalidades pedagógicas e identitárias;

- c. uma **esfera da história pública midiática**, marcada pela visibilidade, simplificação narrativa e disputa por audiência;
- d. uma **esfera da história pública política**, na qual o passado é mobilizado como instrumento de legitimação ideológica;
- e. uma **esfera da história pública social**, vinculada às memórias cotidianas e experiências coletivas.

Essas esferas não operam isoladamente, mas em permanente relação dialógica e conflitiva. A esfera midiática simplifica narrativas produzidas pela academia; a esfera política instrumentaliza discursos escolares e memorialísticos; e as memórias sociais tensionam continuamente os discursos oficiais. Assim, os conflitos em torno do passado decorrem não apenas de divergências interpretativas individuais, mas da colisão entre diferentes esferas de produção discursiva da memória histórica.

2.5. Estado da Arte Sobre Historiografia Chinesa e Função Pública da História

Os estudos sobre historiografia chinesa demonstram que a escrita da história, na China, sempre esteve profundamente vinculada à administração do Estado, à moralidade política e à legitimação da ordem social. A tradição do shi 史 — simultaneamente “história”, “registro” e “escrita” — revela a centralidade pública da historiografia na civilização chinesa.

Autores como Sima Qian, Liu Zhiji e Guo Moruo representam momentos distintos da formação da consciência historiográfica chinesa. Estudos de Durrant (1995), Watson (1958) e Schinköthe (2018) demonstram que a historiografia chinesa clássica não possuía

função documental, mas articulava memória, moralidade e poder político.

No caso de Han Feizi, a história aparece como **instrumento pragmático de administração do presente**, rompendo com a autoridade normativa absoluta da Antiguidade confucionista. Já Liang Qichao desloca a historiografia da **esfera burocrático-dinástica** para a **esfera da imprensa moderna**, transformando a história em instrumento de mobilização nacional e formação da consciência pública moderna.

Apesar da relevância desses estudos, observa-se ainda a ausência de pesquisas que articulem sistematicamente:

- a. história pública;
- b. teoria dialógica das esferas socio discursivas;
- c. historiografia chinesa;
- d. crítica da esfera pública habermasiana.

É precisamente nessa lacuna que a presente pesquisa busca inserir-se. Ao aplicar uma perspectiva dialógica à tradição historiográfica chinesa, o trabalho pretende demonstrar que a história pública constitui uma constelação de esferas discursivas em permanente disputa pela produção legítima do passado.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa possui natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, documental e interpretativo, fundamentada na análise

teórico-discursiva da história pública e da tradição historiográfica chinesa. O estudo parte de uma abordagem interdisciplinar, articulando contribuições da História Pública, da Historiografia, da Filosofia da Linguagem e da Análise Dialógica do Discurso, especialmente a partir das formulações do Círculo de Bakhtin.

Quanto aos **objetivos**, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e analítica. Exploratória porque busca ampliar a compreensão teórica da história pública para além da concepção clássica de esfera pública formulada por Jürgen Habermas, aproximando-a da teoria das esferas sociodiscursivas desenvolvida por Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e Sheila Grillo. Analítica porque procura interpretar criticamente a função pública do passado na tradição historiográfica chinesa, identificando diferentes esferas discursivas de circulação histórica.

O procedimento metodológico adotado baseou-se, inicialmente, em revisão bibliográfica sistemática acerca dos seguintes eixos teóricos:

- a. teoria da **esfera pública em Habermas**;
- b. dialogismo e **esferas socio discursivas** no Círculo de Bakhtin;
- c. estudos de **história pública**;
- d. **historiografia chinesa** clássica e moderna.

Foram utilizados livros, artigos científicos, traduções comentadas, teses e trabalhos acadêmicos relacionados ao tema, priorizando-se autores de reconhecida relevância teórica e historiográfica. Entre os principais referenciais mobilizados destacam-se Habermas (2003a; 2003b), Bakhtin (2002; 2011 [1979]), Volóchinov (2021 [1929-1930]),

Grillo (2006; 2012), Rüsen (2009), Samuel (1997), Frisch (2016), Portelli (1996) e Glassberg (2014).

No que se refere à historiografia chinesa, a pesquisa concentrou-se na análise interpretativa de fontes primárias e secundárias relacionadas a cinco autores centrais:

- a. Sima Qian;
- b. Liu Zhiji;
- c. Guo Moruo;
- d. Han Feizi;
- e. Liang Qichao.

Foram examinadas obras clássicas como *Shiji* 史記, *Shitong* 史通, *Han Feizi* 韓非子 e *Xin Shixue* 新史學, além de traduções, comentários historiográficos e estudos contemporâneos sobre a tradição historiográfica chinesa. A seleção desses autores ocorreu em razão de sua relevância para compreender diferentes formas históricas de função pública do passado na China, abrangendo desde a historiografia imperial clássica até a historiografia revolucionária e nacionalista moderna.

A análise dos dados fundamentou-se na perspectiva da Análise Dialógica do Discurso (ADD), especialmente na noção de esfera/campo sociodiscursivo. A investigação buscou identificar:

- a. os regimes de legitimidade histórica presentes em cada autor;

- b. as coerções ideológicas e institucionais que organizam os discursos históricos;
- c. os gêneros discursivos predominantes;
- d. as funções sociais atribuídas ao passado;
- e. as relações dialógicas estabelecidas entre memória, poder, historiografia e esfera pública.

A pesquisa não trabalhou com amostragem estatística, uma vez que não possui natureza quantitativa. O corpus foi delimitado intencionalmente a partir da relevância teórica e historiográfica das obras selecionadas para o problema investigado.

Do ponto de vista metodológico, o estudo também assume caráter comparativo e histórico-conceitual. Comparativo porque estabelece aproximações e diferenças entre:

- a. a teoria habermasiana da esfera pública;
- b. a perspectiva dialógica das esferas socio discursivas;
- c. as formas de circulação pública do passado na tradição chinesa.

Histórico-conceitual porque analisa a transformação das concepções de história pública e função social do passado ao longo do desenvolvimento da historiografia chinesa, observando continuidades, rupturas e deslocamentos discursivos.

Por fim, a metodologia adotada busca demonstrar que a história pública pode ser interpretada como um macrocampo dialógico composto por múltiplas esferas socio discursivas em permanente tensão, nas quais o passado é continuamente refratado segundo interesses políticos, morais, pedagógicos, midiáticos e identitários.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

4.1. A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTORIOGRÁFICA CHINESA: DE SIMA QIAN A GUO MORUO

A historiografia chinesa pode ser compreendida como um grande diálogo através do tempo, no qual diferentes autores disputam, reformulam e retransmitem o sentido da escrita da história. Desde os cronistas imperiais da Antiguidade até os intelectuais revolucionários do século XX, a história não aparece apenas como memória do passado, mas como prática discursiva voltada à interpretação moral do presente, à legitimação do poder e à compreensão das transformações da sociedade. Nesse horizonte, as obras de **Sima Qian** 司馬遷 (c. 145–86 a.C.), **Liu Zhiji** 劉知幾 (661–721) e **Guo Moruo** 郭沫若 (1892–1978) constituem momentos distintos de uma mesma cadeia dialógica da consciência histórica chinesa.

4.1.1. Sima Qian 司馬遷 e a Fundação da Historiografia Chinesa Clássica

Sima Qian 司馬遷 ocupa, na tradição chinesa, um lugar comparável ao de Heródoto ou Tucídides no Ocidente, mas sua concepção de história desenvolveu-se em um horizonte intelectual profundamente distinto. Na China da dinastia Han 漢, a escrita da história não constituía apenas uma atividade intelectual: ela integrava o próprio funcionamento do Estado imperial. O cargo de

taishi 太史 (astrólogo, arquivista e historiador) articulava observação celeste, registro político e interpretação moral dos acontecimentos. Quando Sima Qian sucedeu seu pai, Sima Tan 太史公, nessa função em 108 a.C., herdou não apenas um posto burocrático, mas uma missão civilizacional: preservar e interpretar a memória do império.

Entretanto, sua trajetória seria marcada pela tensão entre poder político e verdade histórica. Em 99 a.C., ao defender o general Li Ling 李陵 — acusado de fracasso militar após derrota contra os Xiongnu 匈奴 — Sima Qian confrontou diretamente a autoridade do imperador Wu dos Han 汉武帝. A punição recebida ultrapassava o plano jurídico: a castração representava uma forma extrema de humilhação social e moral na cultura confucionista. Nesse contexto, o historiador se encontra diante de um dilema profundamente dialógico entre honra pessoal, dever filial e responsabilidade intelectual. O suicídio preservaria sua honra; sobreviver implicaria carregar a vergonha pública. Sua decisão de permanecer vivo para concluir a obra iniciada pelo pai revela precisamente a primazia atribuída à escrita da história sobre o próprio corpo do historiador.

Dessa experiência traumática emerge o Shiji 史記 (**Registros do Historiador**), texto fundador da historiografia chinesa. A obra não é apenas um registro cronológico do passado, mas uma reorganização discursiva da memória histórica chinesa. Com seus 130 capítulos, abrangendo desde o Imperador Amarelo 黃帝 até a dinastia Han 漢, o Shiji introduz uma estrutura baseada na articulação entre anais imperiais (benji 本紀), tabelas cronológicas, tratados temáticos (shu 書), casas hereditárias (shijia 世家) e biografias (liezhuan 列傳). Esse modelo jizhuanti 紀傳體 (biográfico-temático) rompe parcialmente com a linearidade analítica anterior e desloca o foco da narrativa para as ações humanas concretas.

A centralidade das biografias transforma a historiografia em espaço polifônico. Em vez de construir a história apenas a partir dos imperadores, Sima Qian incorpora generais derrotados, conselheiros, rebeldes, mercadores, estrangeiros e figuras marginalizadas. O passado deixa de aparecer como simples sucessão de governos e passa a ser representado como campo de conflitos morais, políticos e humanos.

A centralidade das biografias no Shiji se aproximaria parcialmente Sima Qian de tradições modernas da “**história vista de baixo**” (Thompson, 1998; Sharpe, 1992; Samuel, 1984), ao ampliar o sujeito histórico para além das elites imperiais e incorporar mercadores, derrotados e figuras marginalizadas à narrativa histórica. Contudo, diferentemente da história social marxista contemporânea, essa ampliação **não decorre de um projeto de emancipação política dos subalternos**, mas de uma concepção moral e cosmológica da ordem histórica própria da tradição chinesa clássica.

Sua célebre formulação — “□□□□□□□□□□□□□□□□” — define o programa epistemológico da historiografia clássica chinesa:

- a. Jiu tianren zhi ji □□□□□: investigar a relação entre Céu e humanidade;
- b. Tong gujin zhi bian □□□□□: compreender as mudanças entre Antiguidade e presente;
- c. Cheng yi jia zhi yan □□□□□: estabelecer uma interpretação própria da história.

O conceito de Tianren zhi ji □□□□ revela uma concepção segundo a qual os acontecimentos históricos emergem da tensão entre ordem

cósmica, moralidade e ação humana. Já o princípio de Tongbian 通變 introduz a ideia de que a **história é movimento**, transformação e continuidade.

Embora separado por contextos históricos e epistemológicos radicalmente distintos, a historiografia de Sima Qian antecipa parcialmente uma percepção histórica que se aproximaria, em certos aspectos, da problemática das **múltiplas temporalidades** desenvolvida pela Escola dos Annales, especialmente em Fernand Braudel (1978) ao compreender a história como processo marcado simultaneamente por continuidades e transformações temporais. A noção de tongbian 通變 (compreender as mudanças entre o antigo e o presente) revela uma percepção da historicidade fundada na articulação entre permanência e **mutabilidade dos processos históricos**. Entretanto, diferentemente da perspectiva estrutural e socioeconômica dos Annales, a historicidade em Sima Qian permanece vinculada à relação entre ordem cosmológica, moralidade e ação humana.

Em diversos momentos do Shiji, especialmente no capítulo Huozhi liezhuan 貨殖列傳 (Biografias dos que acumulam riquezas), Sima Qian demonstra também uma percepção concreta das motivações econômicas da vida histórica. Ao incorporar comerciantes e agentes econômicos na narrativa, relativiza parcialmente a ortodoxia confucionista que desprezava o comércio. A história deixa de ser explicada apenas pela virtude moral ou pela vontade celeste e passa a incluir interesses materiais, circulação econômica e conflitos sociais.

Nesse aspecto, a historiografia de Sima Qian aproxima-se parcialmente da tradição da **história econômica** e da **história social**

ao reconhecer a relevância da circulação de riquezas, dos interesses materiais e dos agentes não estatais na dinâmica histórica. Sua atenção aos comerciantes e às formas concretas da vida econômica aproxima-se de problemáticas posteriormente desenvolvidas por Fernand Braudel (1967-1979) e Karl Polanyi (2000) no campo da história econômica, bem como por E. P. Thompson (1987) e Eric Hobsbawm (**1848-1875**) na história social.

A dimensão dialógica do Shiji manifesta-se justamente nessa tensão entre **memória oficial** e **experiência vivida**. Embora produzido no interior da burocracia imperial, o texto frequentemente preserva ambiguidades, críticas indiretas e vozes dissidentes. A narrativa histórica torna-se espaço de confronto entre autoridade política e julgamento moral.

A influência de Sima Qian atravessaria toda a tradição posterior. Ban Gu 班固, autor do Hanshu 漢書, transformaria o autor do Shiji em paradigma do historiador verdadeiro, elogiando sua “escrita reta” — “直書曲情，不諂不阿” (“sua escrita é reta, seus fatos são exatos; não embeleza falsamente, não esconde o mal”).

4.1.2. Liu Zhiji 劉知幾 e a Crítica Metodológica da Historiografia

Séculos depois, durante a dinastia Tang 唐, Liu Zhiji 劉知幾 (661–721) desloca o eixo da historiografia chinesa do **plano cosmológico** para o **plano crítico-metodológico**. Em Shitong 史通 (Generalidades sobre a Historiografia), a escrita da história passa a ser interrogada em seus próprios procedimentos discursivos.

A questão central já não é apenas o sentido moral do passado, mas também a forma pela qual esse passado é narrado. É nesse contexto que emergem os conceitos de:

- a. Zhishu 直書: “escrita reta”, comprometida com a exposição direta dos fatos;
- b. Qubi 曲筆: “pincel torto”, isto é, a distorção narrativa produzida pelo medo, pela conveniência política ou pela submissão ao poder.

A historiografia aparece, então, como arena de conflito entre verdade e ocultamento. O historiador deixa de ser mero transmissor da tradição e torna-se crítico da própria produção histórica.

Os capítulos 24 (Zhishu 直書) e 25 (Qubi 曲筆) do Shitong formam o núcleo ético da obra. Liu Zhiji invoca o exemplo dos três irmãos historiadores do Estado de Qi, executados sucessivamente por insistirem em registrar um regicídio de maneira verdadeira. Para ele, a missão do historiador consiste em “manifestar o bem e expor o mal” (直書曲筆, 無所隱飾).

Contudo, Liu Zhiji reconhece os limites concretos da “escrita reta”. Em casos envolvendo o soberano ou os ancestrais imperiais, afirma que “muitas coisas devem ser ocultadas” (曲筆, 無所隱飾). Surge, assim, uma tensão estrutural entre duas exigências:

- a. A fidelidade factual do shilu 實錄 (**registro verdadeiro**);
- b. A lealdade ritual e política ao soberano e aos ancestrais.

Essa contradição torna essa reflexão dialógica. O historiador não fala a partir de uma neutralidade abstrata, mas do confronto entre discursos concorrentes: verdade factual, estabilidade política, piedade filial e legitimidade dinástica.

Outro elemento de sua teoria é a noção de Sancai 三才 (**três talentos**), considerados indispensáveis ao historiador:

- a. Shicai 史才: talento narrativo;
- b. Shixue 史學: erudição documental;
- c. Shishi 史識: discernimento crítico.

Para Liu Zhiji, o último era o mais importante, pois cabia ao historiador **interpretar o sentido dos acontecimentos** e não apenas acumulá-los.

No primeiro capítulo do Shitong, intitulado Liujia 六家 (**As seis casas**), Liu Zhiji organiza toda a tradição historiográfica chinesa anterior em seis linhagens:

1. Shangshu 尚書;
2. Chunqiu 春秋;
3. Zuozhuan 左傳;
4. Guoyu 國語;
5. Shiji 史記;
6. Hanshu 漢書.

Cada uma dessas obras representa uma forma distinta de organizar e interpretar o passado. O Shangshu 尚書 (Livro dos Documentos) representa uma das formas mais antigas da escrita histórica chinesa. Sua estrutura é composta principalmente por proclamações reais,

discursos políticos, éditos e pronunciamentos atribuídos a soberanos e ministros da Antiguidade. A história aparece, nesse contexto, menos como narrativa contínua dos acontecimentos e mais como **preservação da palavra legítima do governo.**

O *Chunqiu* 春秋 (Anais da Primavera e Outono), tradicionalmente associado a Confúcio 孔子, inaugura uma forma extremamente concisa de escrita histórica. Os acontecimentos são registrados em entradas breves, quase sem explicações narrativas. A história não busca explicar detalhadamente os acontecimentos, mas **classificá-los moralmente.** O historiador atua como juiz da ordem política e ritual.

O *Zuozhuan* 左傳 (Comentário de Zuo) expande radicalmente o horizonte do *Chunqiu* 春秋. Enquanto os anais confucionistas permanecem lacônicos, o *Zuozhuan* 左傳 desenvolve longas narrativas, diálogos diplomáticos, debates militares e análises políticas detalhadas. A história passa a ser explicada por **relações causais.** Guerras, alianças e crises dinásticas são interpretadas a partir das decisões concretas dos agentes históricos. O texto procura revelar as motivações políticas, os erros estratégicos e as consequências morais dos acontecimentos.

O *Guoyu* 國語 (Discursos dos Estados) organiza-se menos em torno da cronologia e mais em torno dos discursos pronunciados por governantes, ministros e diplomatas dos diferentes Estados da Antiguidade chinesa. A obra concentra-se na palavra política. Conselhos, debates diplomáticos e argumentações ocupam o centro da narrativa. A história aparece como **espaço de persuasão, retórica e disputa discursiva.**

Com Sima Qian 司馬遷, a historiografia chinesa alcança uma síntese estrutural inédita. O *Shiji* 史記 combina cronologia imperial, tratados institucionais, genealogias aristocráticas e biografias individuais em um único sistema narrativo. Seu modelo *jizhuanti* 紀傳體 (forma anal-biográfica) reorganiza completamente a escrita da história. O foco desloca-se parcialmente das dinastias para os indivíduos concretos. Generais derrotados, mercadores, estrangeiros e figuras marginalizadas passam a integrar a narrativa histórica.

O *Hanshu* 漢書, escrito por Ban Gu 班固, consolida o modelo da **história dinástica oficial**. Embora profundamente influenciado pelo *Shiji* 史記, o texto reorganiza a historiografia segundo critérios burocráticos mais rígidos e diretamente vinculados ao Estado imperial. A narrativa histórica torna-se mais sistemática e institucional. O objetivo central já não é apenas interpretar o passado, mas **legitimar a ordem dinástica Han** e preservar a memória oficial do império.

No capítulo Erti 藝文志, Liu Zhiji reduz as formas historiográficas a **dois modelos** vivos:

- a. Jizhuanti 紀傳體: modelo biográfico-temático iniciado por Sima Qian;
- b. Biannianti 編年體: modelo analítico-cronológico.

Dessa maneira, o *Shitong* não apenas descreve a historiografia chinesa anterior, mas realiza uma reflexão epistemológica sobre autoria, parcialidade, estilo, documentação e autoridade histórica. Liu Zhiji antecipa formas posteriores de crítica historiográfica ao problematizar as próprias condições de produção da escrita da história.

4.1.3. Guo Moruo 郭沫若 e a Historiografia Marxista Chinesa

No século XX, a historiografia chinesa entra em diálogo com o marxismo e com a modernidade revolucionária por meio da obra de Guo Moruo 郭沫若 (1892–1978). O passado deixa de ser interpretado prioritariamente pela moralidade cósmica ou pela crítica textual e passa a ser explicado pelas estruturas materiais da sociedade.

Poeta, dramaturgo, arqueólogo, paleógrafo e historiador, Guo Moruo publicou em 1930 Zhongguo gudai shehui yanjiu 中国古代社会研究 (Estudos sobre a Sociedade Chinesa Antiga), considerada a primeira tentativa sistemática de interpretar a história chinesa a partir do materialismo histórico.

Aplicando o esquema marxista das cinco formações históricas — comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo — Guo Moruo reorganizou o passado chinês segundo categorias universais do desenvolvimento histórico.

Seu principal debate dizia respeito à transição entre escravismo e feudalismo na China. Diferentemente de outros autores, que situavam essa passagem no período Qin–Han, Guo Moruo defendia que ela ocorrera anteriormente, durante a transição entre o período Primavera e Outono e os Reinos Combatentes (séculos VI–V a.C.).

Sua interpretação fundamentava-se:

- a. No desenvolvimento das forças produtivas;
- b. Nas mudanças das relações de produção;
- c. Na transformação dos instrumentos econômicos;

d. Na libertação parcial dos produtores diretos da condição escrava.

Nesse contexto, o princípio de *shishi qiushi* 实事求是 (“buscar a verdade nos fatos”) torna-se central. A verdade histórica deixa de repousar na harmonia entre Céu e humanidade ou na retidão moral do cronista e passa a ser buscada na análise concreta das condições materiais da sociedade.

Guo Moruo diferencia-se de historiadores como Fu Sinian 傅斯年, que defendiam que a historiografia moderna deveria limitar-se ao estudo das fontes documentais. Para Guo, a crítica textual (*kaoju* 考据) era indispensável, mas insuficiente. A divergência entre Guo Moruo 郭沫若 e Fu Sinian 傅斯年 pode ser compreendida mais claramente quando comparada a debates centrais da historiografia ocidental moderna. Em ambos os casos, está em jogo uma pergunta fundamental: o historiador deve limitar-se à crítica rigorosa dos documentos ou interpretar os processos históricos a partir de estruturas sociais mais amplas?

Fu Sinian 傅斯年 aproxima-se de uma tradição semelhante ao positivismo histórico do século XIX, especialmente associado a Leopold von Ranke (2000), o qual defendia que a tarefa do historiador consistia em reconstruir o passado tal como efetivamente aconteceu. Para isso, era necessário trabalhar diretamente com documentos autênticos, arquivos oficiais, correspondências e registros verificáveis. A prioridade recaía sobre o método crítico e a fidelidade documental.

Guo Moruo 郭沫若 estudou no Japão entre 1914 e 1923, especialmente em Kyushu 九州. O Japão já possuía naquele momento amplo contato

com filosofia europeia moderna. Guo Moruo □ □ □ dialoga principalmente com tradições historiográficas associadas ao **marxismo**, à **história social** e às **interpretações estruturais da história**. Embora sua formação intelectual seja especificamente chinesa e revolucionária, suas posições apresentam fortes aproximações com diversos autores ocidentais que entendiam a história como processo social movido por estruturas econômicas, conflitos coletivos e transformações materiais.

Não bastava compilar documentos, materiais e fontes: era necessário explicar historicamente os processos sociais.

Ele afirmava que a pesquisa histórica exigia:

- a. Uma concepção científica da história;
- b. Documentação rigorosa;
- c. Cronologia precisa;
- d. Interpretação materialista das transformações sociais.

Ao revisar constantemente suas próprias conclusões à luz de novas evidências arqueológicas, Guo Moruo também reafirmava a ideia de que a teoria histórica não deveria funcionar como dogma, mas como hipótese permanentemente confrontada pelos fatos.

Apesar da influência marxista, a historiografia chinesa preserva, em Guo Moruo, um traço profundo de continuidade com a tradição anterior: a compreensão da história como **instrumento de intervenção no presente**. Assim como em Sima Qian e Liu Zhiji, a

escrita histórica continua vinculada à organização da sociedade, à disputa política e à produção de legitimidade.

A trajetória historiográfica que vai de Sima Qian a Liu Zhiji e Guo Moruo revela a transformação progressiva da consciência histórica chinesa.

- a. Em Sima Qian, a história aparece como mediação entre ordem cósmica, experiência humana e transformação temporal. Ele cria a forma da história chinesa e a fundamenta numa ética da fidelidade ao fato (*shilu*) que será o solo permanente da tradição.
- b. Em Liu Zhiji, a historiografia torna-se objeto de crítica metodológica e reflexão epistemológica. Oitocentos anos depois, ele volta-se para essa tradição e a torna objeto de exame: estabelece os critérios de avaliação do historiador (*cai, xue, shi*) e diferencia, com vigor inédito, a escrita reta do pincel torto.
- c. Em Guo Moruo, a história é reinterpretada a partir das estruturas materiais e das lutas sociais. No século XX, não repudia esse legado — invoca-o pela fórmula *shishi qiushi* (buscar a verdade a partir dos fatos), profundamente enraizada na *kaoju Qing* (pesquisa baseada em evidências) — mas insere-o numa moldura nova: a história deixa de ser sucessão de dinastias para se tornar movimento das forças produtivas e das relações sociais.

4.2. História Pública e Função Social do Passado na China: Han Feizi e Liang Qichao em Perspectiva Historiográfica

A longa tradição historiográfica chinesa permite compreender que a história, na China, nunca constituiu apenas um saber erudito voltado ao registro do passado. Desde os cronistas imperiais da Antiguidade até os reformadores intelectuais da modernidade, a escrita histórica esteve diretamente vinculada à organização moral da sociedade, à legitimação política e à produção da memória coletiva. Nesse sentido, a noção contemporânea de História Pública encontra, na experiência chinesa, uma problemática histórica de longa duração: a disputa em torno da função pública do passado.

A noção de “história pública” aplicada a China precisa ser desdobrada em duas camadas distintas. A primeira é o conceito anglófono contemporâneo de *public history* — práticas de comunicação, preservação e debate histórico fora da academia. A segunda, mais antiga e mais relevante para o caso chinês, refere-se a história como assunto público: a quem pertence o passado, a quem ele se dirige e que função ele exerce no governo do mundo presente.²

A tradição chinesa do 史 (shi) — palavra que significa, simultaneamente, “escriba”, “registro” e “história” — sempre foi uma tradição oficial, dinástica e normativa. A historiografia era escrita por funcionários do Estado, comissionada por dinastias e concebida como guia moral para os governantes vindouros.³ Essa máquina de produção documental gerou, entre o século III a.C. e o XX, algo estimado em 45 milhões de palavras só nas “histórias padrão” (zhengshi) — sem contar a vasta produção privada (sishi).⁴

Han Feizi e Liang Qichao são, separados por mais de dois mil anos, dois dos críticos mais radicais desse modelo. Han Feizi rejeitou a autoridade normativa do passado: não há sábios-reis a imitar, há

circunstancias a enfrentar. Liang Qichao rejeitou a autoridade dinástica do passado: a história não pertence aos imperadores, mas a nação. As duas críticas constituem polos fundadores de qualquer reflexão sobre o que pode ser uma história “do público” e “para o público” na China.

4.2.1. Han Feizi (韓非子) e o Pragmatismo Histórico

Han Fei (c. 280–233 a.C.) foi o sintetizador máximo do Legalismo (法家), escola que privilegiava lei (fa), técnica administrativa (shu) e poder posicional (shi) em detrimento da virtude moral confuciana. Aluno de Xunzi, suas ideias foram adotadas pelo futuro imperador Qin Shi Huang após 221 a.C., tornando-se o sistema operacional oculto do Estado imperial chinês — um modelo descrito como “confuciano por fora, legalista por dentro”.⁵

A contribuição de Han Feizi para um conceito de história pública e, paradoxalmente, uma desconstrução: ele rompe com a ideia confuciana de que o passado fornece modelos vinculantes para o presente. No capítulo 49, Wudu (五蠹) — “Os Cinco Vermes” —, Han Feizi formula o que pode ser chamado de princípio do historicismo pragmático: as instituições políticas devem mudar com as circunstâncias históricas; aderir a modos antiquados e insensatez.⁶

A crítica de Han Feizi à **autoridade normativa** da Antiguidade aparece em forma de uma parábola do “fazendeiro de Song” (Song ren shou zhu 宋人守株), presente no capítulo Wudu 五蠹 (Cinco Vermes) do Han Feizi 韓非子. Na narrativa, um camponês vê uma lebre colidir contra um toco de árvore e morrer instantaneamente. Após o episódio, abandona o cultivo dos campos e passa a esperar diariamente que outra lebre repita o acidente. Han Feizi conclui

ironicamente: Aqueles que pensam que podem tomar os métodos dos antigos reis e usá-los para governar o povo de hoje pertencem todos a categoria dos vigias-de-toco”⁷. A parábola constitui uma crítica direta ao tradicionalismo confucionista. O passado deixa de ser concebido como modelo eterno de sabedoria política e passa a ser historicizado: instituições, leis e formas de governo tornam-se dependentes das circunstâncias concretas de cada época.

Han Feizi introduz uma percepção histórica e anti-arcaizante da política. A legitimidade do governo não deriva da imitação ritualizada da Antiguidade, mas da capacidade de responder pragmaticamente às transformações das circunstâncias sociais e materiais. A história deixa de funcionar como repertório normativo fixo e converte-se em campo de experiência voltado à administração eficaz do presente.

Não há nada mais certo do que aquilo que provém da experiência; não há nada mais perigoso do que confiar em palavras dos antigos. Aquele que tomar como verdadeiros Yao e Shun, sem o teste da realidade presente, será logrado pelos oradores eloquentes (Han Feizi, cap. 50 “Eminencia no Aprendizado” paráfrase a partir da tradução de B. Watson)⁸

Ele funda um dos primeiros modelos chineses de **função pública da história** ao romper com a concepção confucionista do passado como autoridade normativa eterna (Han Feizi, cap. 50 “Eminencia no Aprendizado”):

- a. **Periodização:** ao dividir a história em diferentes épocas — shanggu 商, zhonggu 周 e jinshi 秦 —, afirma que cada período possui circunstâncias próprias e exige formas específicas de governo, antecipando uma percepção histórica baseada na transformação temporal e na adaptação institucional;
- b. **Função do passado:** o passado deixa de funcionar como modelo a ser imitado e converte-se em repertório pragmático de experiências políticas e administrativas;
- c. **Critério de verdade:** a validade histórica não deriva mais da antiguidade das instituições, mas de sua eficácia concreta no presente;
- d. **Público da história:** a narrativa histórica passa a dirigir-se prioritariamente ao governante racional e ao Estado, assumindo função tecno política voltada à administração, à centralização do poder e à organização da sociedade.

A crítica de Han Feizi ao confucionismo antecipa a percepção de que o passado não é autoridade neutra, mas construção discursiva utilizada para legitimar projetos políticos. Nesse ponto, se poderia estabelecer um diálogo com: Eric Hobsbawm e o conceito de “tradições inventadas”.

Eric Hobsbawm (1957), no artigo Methodism and the Threat of Revolution in Britain publicado na revista History Today, analisa o papel histórico do metodismo na Inglaterra durante o período da Revolução Industrial e das tensões sociais entre o final do século XVIII e o início do XIX. O argumento do texto é que o metodismo funcionou, em certa medida, como mecanismo de contenção social

diante do risco de radicalização revolucionária da classe trabalhadora britânica. Hobsbawm argumenta que o metodismo: valorizava autocontrole; condenava vícios e excessos; incentivava disciplina pessoal; regava obediência e contenção emocional. Esses valores ajudariam a adaptar trabalhadores à nova ordem industrial.

Embora Han Fei e Eric Hobsbawm (1957) pertençam a contextos históricos e tradições intelectuais completamente distintos, ambos percebem que **sistemas simbólicos, tradições e discursos públicos** podem funcionar como **instrumentos de estabilização política** e administração social.

4.2.2. Liang Qichao (梁啟超) e a Revolução Historiográfica

Liang Qichao (1873–1929) foi jornalista, reformador, historiador e o mais influente intelectual chinês do início do século XX. Discípulo de Kang Youwei na malograda Reforma dos Cem Dias (1898), exilou-se em Yokohama, onde fundou em fevereiro de 1902 o periódico Xinmin Congbao (新報) — “Jornal do Novo Cidadão”. E nesse periódico que Liang publicou o ensaio que daria nome a shixue geming (新學革命), a “Revolução Historiográfica”: Xin Shixue (新史學), “A Nova Historiografia”.⁹

O ponto central da reformulação historiográfica de Liang Qichao reside na redefinição do **sujeito da história**. Em oposição à tradição dinástica imperial, centrada nos imperadores, nas cortes e nas linhagens governantes, Liang sustenta que a historiografia deve ter como **sujeito a nação** (guomin 國民) e como finalidade a formação da consciência nacional moderna. A história deixa de servir prioritariamente à legitimação das dinastias e passa a desempenhar **função pública** de mobilização política, educação cívica e

construção identitária. Nesse contexto, Liang reintroduz no vocabulário político chinês o conceito de guomin (cidadãos” ou “corpo nacional) e, em 1902, na obra Zhongguo shi xulun 中国史纲 (Introdução à História da China), cunha o termo Zhonghua minzu 中华民族 (nação chinesa), utilizado pela primeira vez para designar uma comunidade política multiétnica unificada.¹⁰

Liang Qichao foi simultaneamente **historiador** e **jornalista**. Sua atuação não se restringiu à esfera/campo erudito: ela se desenvolveu sobretudo na esfera/campo da imprensa moderna chinesa, principal espaço de circulação das novas ideias políticas e historiográficas no início do século XX. Nesse contexto, a historiografia deixa de ser monopólio dos arquivos dinásticos e das elites letradas imperiais e passa a circular amplamente na esfera público moderna por meio da **imprensa periódica**. A história transforma-se em linguagem de mobilização nacional, educação cívica e formação política das massas urbanas letradas.

A ideia de Liang de que a historiografia deve formar o guomin (corpo nacional/cidadania) aproxima-se da noção de história pública como produção de consciência histórica coletiva. Nesse ponto, poderia se aproximar de:

- a. Jörn Rüsen (2009) — especialmente sua concepção de consciência histórica como orientação temporal da vida prática;
- b. David Glassberg (2014) — para quem a história pública envolve a relação entre memória, identidade e sentido coletivo do passado;

c. Raphael Samuel (1997) — que defendia a história como produção social ampla, não restrita à academia.

Assim como Liang via a história como instrumento de regeneração nacional, a história pública contemporânea frequentemente compreende o passado como recurso de construção identitária e participação cívica.

Quando Liang desloca a historiografia dos arquivos imperiais para a imprensa periódica, ele promove algo semelhante ao que a história pública ocidental posteriormente chamaria de: descentralização do saber histórico; democratização da memória; circulação pública do conhecimento histórico.

Liang percebe precocemente que o meio de circulação altera a própria natureza da historiografia. A imprensa moderna não apenas divulga história, o que se aproxima da noção de:

- a. Michael Frisch (2016) e seu conceito de shared authority (“autoridade compartilhada”);
- b. Alessandro Portelli (1996), ao enfatizar a pluralidade das vozes sociais.

Liang desloca a historiografia da esfera burocrático-dinástica para uma esfera pública moderna de caráter nacional-popular, transformando a história em instrumento de mediação entre memória, identidade, imprensa e mobilização política.

5. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação de uma perspectiva dialógica da história pública ao desenvolvimento da historiografia chinesa permite compreender que a China não possuiu uma única “esfera pública histórica”, mas uma pluralidade de esferas socio discursivas de produção do passado, cada uma organizada por coerções próprias, regimes distintos de verdade e diferentes funções sociais da história. Sima Qian, Liu Zhiji, Guo Moruo, Han Feizi e Liang Qichao não atuam apenas como autores individuais, mas como representantes de diferentes esferas históricas de circulação discursiva do passado.

Sob essa perspectiva dialógica, a historiografia chinesa pode ser compreendida como um **macro-esfera-campo dialógico** no qual distintas esferas disputam o direito de interpretar o passado, definir sua função pública e estabelecer quais vozes possuem legitimidade histórica. A própria tradição do shi 史 — simultaneamente “escriva”, “registro” e “história” — revela que, na China, a história sempre esteve profundamente ligada à administração do Estado, à moralidade política e à organização da vida social.

Na Antiguidade imperial, predomina aquilo que se pode denominar **esfera da história pública burocrático-dinástica**. Essa esfera era organizada pela burocracia imperial e submetida às coerções políticas da corte. Seus gêneros discursivos principais eram os anais dinásticos, registros oficiais, tratados administrativos e biografias imperiais. A função pública da história consistia em preservar a legitimidade do império, orientar moralmente os governantes e manter a continuidade civilizacional.

Entretanto, mesmo no interior dessa **esfera oficial**, já se observam tensões dialógicas. O Shiji 史記 de Sima Qian introduz vozes parcialmente marginalizadas — mercadores, generais derrotados,

estrangeiros e rebeldes — rompendo parcialmente o monopólio narrativo da corte imperial. O texto afirma-se como espaço de tensão entre memória oficial e experiência humana concreta.

Nesse sentido, Sima Qian inaugura uma **esfera da história pública moral-biográfica**, na qual o passado deixa de ser apenas cronologia estatal e passa a constituir espaço polifônico de julgamento moral, sofrimento humano e reflexão sobre a ação política. A centralidade das biografias (liezhuan 列傳) desloca parcialmente o eixo da historiografia da estrutura imperial para os sujeitos históricos concretos. A narrativa histórica transforma-se em arena dialógica entre autoridade política, ética confucionista e experiência individual.

Já em Liu Zhiji, observa-se a consolidação de **uma esfera da história pública crítico-metodológica**. Em Shitong 史通, a historiografia deixa de ser apenas prática de registro e converte-se em objeto de reflexão epistemológica.

Aqui, a **esfera historiográfica** passa a operar como zona de coerção metodológica do discurso histórico. Conceitos como zhishu 直書 (“escrita reta”) e qubi 曲筆 (“pincel torto”) estabelecem critérios internos de legitimidade narrativa. A história não é mais apenas escrita; ela passa a ser criticada quanto às suas condições de produção, parcialidades e deformações políticas.

Liu Zhiji revela que toda escrita histórica se encontra submetida a tensões discursivas entre:

- a. fidelidade factual;
- b. lealdade ao soberano;

- c. estabilidade política;
- d. moralidade ritual;
- e. preservação da ordem dinástica.

Essa percepção aproxima-se profundamente da noção dialógica de esfera como **espaço de coerção ideológica** e **refração dos sentidos**. A historiografia imperial chinesa aparece, então, não como espelho neutro do passado, mas como prática discursiva atravessada por conflitos entre verdade e poder.

No século XX, com Guo Moruo, emerge uma nova esfera: a esfera da história pública revolucionária e materialista. A introdução do marxismo reorganiza completamente os critérios de inteligibilidade do passado chinês. A história deixa de ser interpretada prioritariamente pela moralidade confucionista ou pela crítica textual clássica e passa a ser refratada pelas categorias de:

- a. forças produtivas;
- b. relações de produção;
- c. luta social;
- d. transformação econômica;
- e. materialismo histórico.

A **esfera marxista chinesa** atua como forte zona de coerção ideológica da narrativa histórica. O passado é reinterpretado segundo a lógica das formações sociais universais do marxismo.

Entretanto, essa esfera não elimina completamente a tradição anterior: ela dialoga continuamente com a herança clássica chinesa, especialmente com o princípio shishi qiushi 实事求是 (“buscar a verdade nos fatos”).

Assim, a historiografia revolucionária chinesa constitui uma **esfera híbrida**, simultaneamente: marxista; nacional; arqueológica; política; civilizacional. Além disso, a própria disputa entre Guo Moruo e Fu Sinian evidencia um conflito entre duas esferas historiográficas distintas: uma **esfera positivista-documental**; uma **esfera interpretativa-materialista**. A primeira privilegia o documento e a crítica textual; a segunda enfatiza a interpretação estrutural da sociedade.

Entretanto, é com Liang Qichao que emerge de forma mais clara uma esfera moderna da história pública chinesa. Liang desloca a historiografia da burocracia imperial para a imprensa periódica moderna. Esse movimento altera profundamente: o público da história; os meios de circulação; os gêneros discursivos; a função social do passado.

A história deixa de dirigir-se exclusivamente à corte e passa a circular na esfera pública nacional-popular por meio de jornais, revistas e periódicos. O Xinmin Congbao 新明報 torna-se espaço de mediação entre historiografia, imprensa e formação política da sociedade chinesa moderna.

Aqui, surge uma esfera da história pública midiático-nacional. Sua lógica própria não é mais a preservação dinástica, mas: mobilização nacional; formação da cidadania; construção identitária; regeneração política da China. Liang compreende que o meio de

circulação transforma a própria natureza da historiografia. A imprensa moderna cria uma nova forma de historicidade pública. O passado torna-se linguagem de mobilização coletiva.

Essa transformação aproxima-se daquilo que hoje poderia ser chamado de: esfera da história pública midiática; esfera da história pública pedagógico-nacional; esfera da história pública política. Ao criar o conceito de Zhonghua minzu 中华民族 (“nação chinesa”), Liang utiliza a história como instrumento de construção discursiva da identidade nacional moderna.

Por outro lado, Han Feizi já antecipava, séculos antes, uma crítica radical à instrumentalização normativa do passado. Sua rejeição ao tradicionalismo confucionista introduz aquilo que pode ser entendido como uma esfera pragmática da história pública. Nessa esfera: passado não possui autoridade sagrada; instituições devem adaptar-se às circunstâncias históricas; a verdade histórica é medida pela eficácia política; a história serve à administração racional do Estado.

A parábola do “fazendeiro de Song” (宋人逐兔) evidencia que o passado é construção discursiva e não modelo eterno de legitimidade. Han Feizi desloca a história da esfera ritual-moral confucionista para uma esfera técnico-política voltada à governabilidade. Dessa forma, a história pública chinesa pode ser compreendida como uma constelação de esferas socio discursivas em permanente disputa: esfera burocrático-dinástica; esfera moral-biográfica; esfera crítico-metodológica; esfera revolucionária marxista; esfera midiático-nacional; esfera pragmático-política; esfera pedagógica nacional; esfera acadêmica moderna. Cada uma refrata o passado segundo

suas coerções institucionais, interesses políticos, formas narrativas e horizontes ideológicos.

Essa leitura dialogicamente orientada permite superar tanto: a ideia de uma historiografia chinesa homogênea; quanto a concepção habermasiana de uma única esfera pública racional universal. Na experiência chinesa, o passado sempre foi objeto de disputa entre diferentes esferas de produção discursiva da memória histórica. A história não circula em um espaço neutro de deliberação, mas em campos atravessados por: poder; moralidade; ideologia; imprensa; pedagogia; nacionalismo; burocracia; revolução; tradição; modernidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA PEREIRA, Rodrigo; BRAIT, Beth. **Webnotícias e hibridização discursiva: fronteiras entre discurso privado e público.** In: BRAIT, Beth (org.). Bakhtin e o Círculo: diálogos com a contemporaneidade. São Paulo: Contexto, 2020. p. 95-112.

ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à História Pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Problemas da poética de Dostoiévski.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BEMONG, Nele; BORGHART, Pieter. **A teoria bakhtiniana do cronotopo literário: reflexões, aplicações, perspectivas.** In:

BEMONG, Nele et al. (org.). Bakhtin e o cronotopo: reflexões, aplicações, perspectivas. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 16-33.

BORGES, Viviane Trindade. **Como a história pública pode contribuir para a preservação dos patrimônios difíceis?** In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? São Paulo: Letra e Voz, 2018.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CATTARUZZA, Alejandro. **Los usos del pasado: la historia y la política argentinas en discusión, 1910-1945.** Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

CAUVIN, Thomas. **Public History: a textbook of practice.** 2. ed. New York: Routledge, 2022.

CUESTA BUSTILLO, Josefina. **La historia del tiempo presente: estado de la cuestión. Studia Historica. Historia Contemporánea,** n. 1, p. 227-241, 1983.

DE GROOT, Jerome. **Consuming history: historians and heritage in contemporary popular culture.** London: Routledge, 2009.

DURRANT, Stephen **W. The Cloudy Mirror: Tension and Conflict in the Writings of Sima Qian.** Albany: SUNY Press, 1995.

FLORESCANO, Enrique. **La función social de la historia.** México: Fondo de Cultura Económica, 2012.

FRISCH, Michael. **A shared authority: essays on the craft and meaning of oral and public history.** Albany: SUNY Press, 1990.

FRISCH, Michael. **A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa.** In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários.* São Paulo: Letra e Voz, 2016.

GALLERANO, Nicola (org.). **L'uso pubblico della storia.** Milano: Franco Angeli, 1995.

GLASSBERG, David; PHARAON, Sarah. **Witnessing Climate Change: Toward a Network of Environmental Sites of Conscience.** In: *Public History in a Changing Climate.* Amherst: University of Massachusetts Press, 2014. p. 5-6.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. **A metalinguística: por uma ciência dialógica da linguagem.** *Horizontes*, v. 24, n. 2, p. 121-128, jul./dez. 2006.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. **Esferas da atividade humana e linguagem.** In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave.* São Paulo: Contexto, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade.** v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

HAMILTON, Paula; ASHTON, Paul (org.). **Australians and the Past.** Australian Cultural History, special issue, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era do Capital: 1848-1875.** São Paulo: Paz e Terra, 1975.

JORDANOVA, Ludmilla. **History in practice.** London: Hodder Arnold, 2006.

KELLEY, Robert. **Public History: its origins, nature, and prospects.** The Public Historian, v. 1, n. 1, p. 16-28, 1978.

KRANTZ, Frederick (org.). **A outra história: a história vista de baixo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

LIANG, Qichao. **History of Chinese Scholarship in the Past Three Hundred Years.** Beijing: The Commercial Press, 2017.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. **Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, p. 255-273, 2014.

NA LI. **Seeing History: Public History in China.** Berlin: De Gruyter, 2023.

NICOLAZZI, Fernando. **Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública.** História Hoje, v. 8, n. 15, p. 203-228, 2019.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTELLI, Alessandro. **“A filosofia e os fatos”:** **narração, significados e interpretação nas memórias e nas fontes orais.** Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

RANKE, Leopold von. **O conceito de História Universal** (1831). In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX.** São Paulo: Contexto, 2010.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento.** História da Historiografia, Ouro Preto, n. 1, p. 163-186, 2009.

SAMUEL, Raphael (org.). **Historia popular y teoría socialista.** Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

SAMUEL, Raphael. **Teatros da memória: passado e presente na cultura contemporânea.** Campinas: Editora Unicamp, 1997.

SANTANA, Wilder Kleber Fernandes de. **Heterodiscursividade e axiologia no primeiro capítulo do Cântico dos Cânticos.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LITERATURA POPULAR, 2017, João Pessoa. Anais [...] João Pessoa: Mídia Editora, 2017. p. 246-257.

SCHINKÖTHER, Ailika. **Liu Zhiji's Shitong and its Revival in Ming Dynasty**. 2018. Tese (Doutorado em Sinologia) – Universität Tübingen, Tübingen, 2018.

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo**. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 39-62.

SIMA QIAN. Shiji 史記 [Registros do Grande Historiador]. c. 91 a.C. Tradução inglesa: WATSON, Burton. *Records of the Grand Historian*. 3 vols. Hong Kong/New York: Renditions/Columbia University Press, 1993.

SIMA QIAN. Bao Ren An Shu 報任安書 [Carta a Ren An]. c. 91 a.C.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018 [1929].

WATSON, Burton. **Ssu-ma Ch'ien: Grand Historian of China**. New York: Columbia University Press, 1958.

¹ Advogado, Especialista em Direito Tributário pela FIC/PR, campus Curitiba, Especialista em Direito Aplicado pela EMAP/PR, campus de

Curitiba, MBA em Digital Business pela USP/Esalq, Campus Piracicaba, Mestre PPGSeD – Unespar, Campus Campo Mourão, mestrando em História Pública PPGHP – Unespar, Campus Campo Mourão. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

² Q. Edward Wang & Georg G. Iggers (orgs.), discussões em *Historiography East & West*; ver Peter Zarrow, “Old Myth into New History”, uscholar.univie.ac.at/detail/o:291776.pdf.

³ eGyanKosh, “Traditional Chinese Historiography”, egyankosh.ac.in/bitstream/123456789/44442/1/Unit-6.pdf.

⁴ China Review International, citando Dubs (1946); academia.edu/45155113.

⁵ Encyclopedia Britannica, “Han Feizi”, britannica.com/biography/Han-Feizi.

⁶ Idem.

⁷ Burton Watson (trad.), *Han Feizi: Basic Writings*; texto-base em afe.easia.columbia.edu/ps/cup/hanfei_five_vermin.pdf. abertura do cap. 49.

⁸ Nothing is more certain than that which comes from experience; nothing is more dangerous than trusting the words of the ancients. He who accepts Yao and Shun as truth without the test of present reality will be deceived by eloquent orators. (Han Feizi, cap. 50 “Eminencia no Aprendizado” paráfrase a partir da tradução de B. Watson).

⁹ Wikipedia, “Liang Qichao”, en.wikipedia.org/wiki/Liang_Qichao;
World Humanities Report, “Historiography in China”,
worldhumanitiesreport.org/.../Historiography-in-China.pdf.

¹⁰ Deepchina, “Why did Liang Qichao propose the concept of the Chinese nation?”, deepchina.substack.com/p/why-did-liang-qichao-propose-the.